



# Educação para mulheres na transição do Século XIX para o XX

Female education on the turn of the 19th to the 20th century

Rossana Kess Brito de Sousa Pinheiro

Maria Arisnete Câmara de Moraes

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

## Resumo

Este trabalho orienta-se através das discussões empreendidas no universo da História da Educação norte-rio-grandense, entre os anos de 1889 e 1910. Objetiva configurar as relações de gênero e a análise do que se esperava dessa educação no âmbito escolar feminino. A pesquisa circunscreve-se ao jornal *A República*, à Legislação Educacional Escolar e à história da educação das mulheres, com destaque para os aspectos de conteúdos escolares. Nesta busca pelos jornais, uma interface com a literatura, como forma de arte e expressão da cultura norte-rio-grandense. Os documentos pesquisados demonstram que o público e o privado eram caminhos distintos para essas mulheres e que dificilmente se cruzavam. As mulheres surgem como um contraponto às esposas, no universo de uma política que se organizava em torno de valores como moralidade e sacrifício, progresso e desenvolvimento. Nesse sentido, o conteúdo cultural disponível nos impressos falava de um modelo de mulher, no lar ou na escola, que legitimasse o sistema de governo republicano nascente. Palavras-chave: História da educação. Século XIX. Educação feminina. Práticas de leitura.

## Abstract

This work covers the period from 1889 to 1910 of the *norte-rio-grandense* History of Education. Its main purpose is to understand gender relations and to analyze what was expected from this education concerning to the female schools. The sources of this research were the newspaper *A República*, the School Educational Legislation and the history of women education or, more precisely, their school educational contents. In the search for the newspapers, a interrelation with literature, as a form of art and expression of the *norte-rio-grandense* culture, was necessary. The analyzed documents demonstrated that public and private were distinct ways to the women and they could never cross them. Women were seen as opposite to wife in a politic view that overvalued morality and sacrifice, progress and development. In this sense, the cultural content available in the press talked about a pattern of woman, at home or in the school, wich legitimated the new born republican government.

Keywords: History of education. 19th century. Female education. Reading practices.

Este trabalho orienta-se através das discussões empreendidas no universo da História da Educação norte-rio-grandense, entre os anos de 1889 e 1910. Objetiva configurar as relações de gênero e a análise do que se esperava dessa educação no âmbito escolar feminino. Os papéis atribuídos às mulheres eram e são cumulativos. Não se desobrigam dos já existentes para assumirem outros. E se espera sempre a representação impecável destes ao longo de suas vidas.

A pesquisa circunscreve-se ao jornal *A República*, fundado em 1889, por Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, em Natal, até o ano de 1910, período no qual observamos a produção da Legislação Educacional através de documentos como o Regimento Interno dos Grupos Escolares (1908 e 1909) e o Código de Ensino (1910). Neste estudo reportamo-nos à Legislação Educacional Escolar e à História da Educação das mulheres, com destaque para os aspectos de conteúdos escolares. Fazemos ainda uma interface com a literatura, como forma de arte e expressão da cultura norte-rio-grandense. Os textos literários entendidos como fonte histórica e marca cultural de uma realidade, "porque revelam, de uma outra forma, o que a análise social revela por meio de outros processos de investigação." (MORAIS, 2003, p. 29). Escolhemos estes textos a partir de duas categorias: textos publicados no jornal *A República* – sob a forma de folhetim – e os mencionados pelo referido jornal dentro do universo temporal da pesquisa.

Nesse período, o país vivia a transição entre a Abolição da Escravatura, a Proclamação da República e a instalação da nova ordem vigente. Conforme se sabe, essas mudanças ocorrem gradativamente. A transformação de um Brasil monárquico constitucional, até 15 de novembro de 1889, não ocorria calmamente sem tensões e transtornos para toda a sociedade. (MORAIS, 2003).

A construção de uma sociedade letrada fazia parte dessas mudanças gradativas. Urgia a inserção da mulher nesse contexto. A literatura brasileira contribuiu bastante na busca da leitora. Morais (2002, p. 36) demonstra o processo de formação da leitora brasileira no século XIX e as práticas de leitura registradas, principalmente, nos romances. "Na sociedade que se formava, apenas aos instruídos seria concedida a senha de participação na nova ordem".



Caminha (1998), por exemplo, representa as personagens Lídia Campelo e Maria do Carmo, as normalistas, às voltas com a leitura do romance *O primo Basílio*, de Eça de Queiroz. Liam às escondidas posto que era um livro que desperta a atenção das incautas donzelas. O tema gira em torno do adultério feminino e todas as implicações sociais e morais que dele decorre.

O cenário modificava-se. Tanto é que no ano de 1891, uma das discussões dos congressistas girava em torno do voto feminino. O deputado Pedro Américo, congressista da primeira Constituinte da República, falava aos seus pares acerca da exclusão feminina ao voto, incluída no Artigo 70:

Deixo a outros a glória de arrastarem para o turbilhão das paixões políticas a parte serena e angélica do gênero humano. A observação dos fenômenos afetivos, fisiológicos, psicológicos, sociais e morais não me permite erigir em regra o que a história consigna como simples, ainda que insignes, exceções. Pelo contrário, essa observação me persuade que a missão da mulher é mais doméstica do que pública, mais moral do que política. Demais, a mulher não direi ideal e perfeita, mas simplesmente normal e típica, não é a que vai ao foro, ou a praça pública, nem às assembléias políticas defender os direitos da coletividade, mas a que fica no lar doméstico, exercendo as virtudes feminis, base da tranqüilidade da família, e por conseguinte da felicidade social. (CAVALCANTI, 2002, p. 291).

55

A fala desse deputado referendava o discurso vigente e valorizava a mulher como uma missionária cuja função restringia-se ao âmbito doméstico, mais moral do que político. A mulher, “[...] parte serena e angélica do gênero humano” (CAVALCANTI, 2002, p. 291), deveria permanecer à parte da vida pública para bem desempenhar sua missão junto à família.

O artigo, a respeito do qual discursava o deputado, versava sobre as qualidades do cidadão brasileiro e sua condição para ser eleitor.

Art. 70 – São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei.

§ 1º Não podem alistar-se eleitores para as eleições federais, ou para a dos Estados:

1º Os mendigos;

2º Os analfabetos;



3º As praças de pré, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior;

4º Os religiosos de ordens monásticas, companhias, congregações, ou comunidades de qualquer dominação, sujeitas a voto de obediência, regra ou estatuto, que importe a renúncia da liberdade individual;

§ 2º São inelegíveis os cidadãos não alistáveis. (CAVALCANTI, 2002, p. 291).

As exceções postas no referido artigo fundamentavam-se na falta de independência e isenção dos excetuados: os clérigos, pelo dever a uma ordem religiosa, os militares, pela obrigação para com o superior, e os analfabetos, pela dependência escrita de outros. Além das categorias claramente excluídas, a primeira Constituição Federal do Brasil Republicano não faz referência às mulheres no que concerne ao mérito das eleições. Omitia-se, portanto, os direitos à cidadania às mulheres e as relações de gênero se conformavam com as noções prevalentes. Somente em 1934 as mulheres seriam contempladas com esse direito funcional, de votar e ser votada tanto quanto os homens, mas apenas as alfabetizadas e “[...] quando estas exerçam função pública remunerada, sob as sanções e salvas as exceções que a lei determinar.” (CONSTITUIÇÃO 1934), conforme consta Artigo 109 da Constituição de 1934.

56

O pensamento do Deputado Pedro Américo, e de muitos congressistas naquele ano de 1891, voltava-se para a preservação da feminilidade e suas reais funções; ou seja, por algo que não se aplicava ao princípio da dependência ou da falta de isenção. Ao gênero feminino não se aplicava nem mesmo as exceções gerais criadas pelos constituintes de 1891. Às mulheres era vetado o voto porque se pensava que sua função não seria defender a coletividade, mas os indivíduos de seu lar. Seu lugar de destino seria a casa e não a rua.

Respaldados em teorias evolucionistas, que entendiam a mulher como a parte frágil do gênero humano, os discursos vigentes advogavam que era preferível que a ela fossem destinadas as atividades consideradas sem desgastes físicos ou emocionais. A política seria uma dessas atividades desgastantes. Sua instrução política não faria sentido pela própria premissa social dada ao gênero feminino destinado aos assuntos domésticos e a determinados papéis sociais: mãe, esposa e dona-de-casa.



Do nascimento à morte, as mulheres eram citadas no jornal sempre sob a égide da virtude, da beleza e da fragilidade. Os contos e poesias registrados no período alimentavam o ideal de virtude e abnegação, no exercício de sua missão de mulher junto aos filhos – aos alunos e ao marido.

Os eventos que colaborassem para a educação feminina não eram restritos às escolas públicas e às aulas particulares. Além desses espaços, existiam outros processos que corroboravam para estruturar uma mentalidade que correspondesse aos ideais de ordem e progresso preconizados pela República. As práticas de leitura, enquanto conteúdos culturais e ideológicos assumiam esse papel também.

O artigo *A mulher*, escrito sob o pseudônimo H.S., demonstra esse conteúdo. Seu autor ou autora concebe a família como um santuário reservado à mulher.

Sobre tão alto pedestal deixa ela de ser o ente fisicamente fraco para revelar toda a grandeza de seu espírito e de seu coração no variado papel que representa e na importância da missão civilizadora para que foi fadada. [...] A mulher, quer a consideremos na família, quer na sociedade, exerce uma influência tão real e maravilhosa, que não cabe num rápido esboço fazer-lhe a apologia. Mas o seu verdadeiro santuário é a família, em que ela diretamente atua, abrindo o seu escrínio de virtudes. Fora desse doce ambiente do lar, a sua missão muitas vezes se deturpa e desvirtua. (H.S., 1897, p. 3).

57

Elege o espaço privado como o lugar da mulher. Elas e somente elas poderiam realizar a tarefa de cuidar dos futuros líderes do país. Para tanto, as condições de uma vida tranqüila, seria o caminho.

Na hora presente, fala-se muito em emancipação da mulher e pedem para ela, entre outras conquistas, o direito de voto. Grave erro. A mulher influi mais sensivelmente nos destinos do seu país sabendo ser mãe e preparando o caráter dos filhos do que maculando a pureza de sua alma no atrito corrosivo das lutas partidárias. (H.S., 1897, p. 3).

A sociedade natalense deveria figurar como um espelho fiel ao espírito feminino. Convertia a família em um espaço de educação moral e esta como uma influência civilizadora. O processo de naturalização da cultura expresso

no artigo citado através de frases como o “altar em que a natureza a colocou”, era complementado por um discurso que enaltecia as qualidades espirituais da mulher.

Nas felicitações por nascimento e aniversário ou mensagens por óbitos, é possível perceber a quem se destinavam e como caracterizavam a mulher na sociedade natalense.

Ontem a Exma. e virtuosa esposa de nosso ilustre chefe Dr. Pedro Velho, deu à luz como felicidade uma interessante menina. Felicitamos o extremoso pai um futuro cor-de-rosa à inocente nascida que veio aumentar os encantos do lar. (SALVE!, 1890, p. 3).

O futuro cor-de-rosa reservado à menina recém-nascida seria semelhante ao tom utilizado em uma mensagem de felicitações de aniversário de quinze anos considerado no texto ‘uma idade poética’ para a menina que acabava de [...] colher mais uma primavera no jardim florido e risonho da vida.’ (PARABÉNS!, 1894, p. 1).

58 Nas felicitações por nascimento e aniversário ou mensagens por óbitos, é possível perceber a que se destinavam e como era caracterizada a mulher na sociedade natalense.

Os obituários referentes à mulher traziam o lamento pela perda da virtuosa mãe de família, da pranteada esposa ou da nobilíssima professora ao lado de discursos que evidenciavam o papel desempenhado pela mulher na cidade. A notícia da morte de Maria Amélia, esposa de Augusto Severo de Albuquerque Maranhão, representante do Rio Grande do Norte no Congresso Federal, é um exemplo disso.

A pranteada esposa do nosso infortunado amigo finou-se na idade de 35 anos e após o fato auspicioso do nascimento de mais um fruto do seu amor, com que vinha aumentar os tesouros inefáveis da doce e límpida felicidade conjugal. [...] E aquela adorável mãe e esposa, meiga e exemplaríssima, que possuía os predicamentos das almas femininas, finou-se na missão sublime do seu sexo. É a exemplificação mais tocante da virtude – a que se exercita no ambiente puro e plácido do lar, por entre os risos e beijos dos filhinhos e as expansões felizes do esposo, ela soube dar, até os últimos momentos de sua preciosa vida. Deixa cinco crianças, a mais velha de 7 anos. (D. MARIA AMÉLIA, 1896, p. 3).



A missão de educar, de criar filhos é o que se espera da mulher. Morrer em plena juventude ao dar à luz é colocá-la mais perto de Deus. O sacrifício supremo que uma mãe pode fazer pelo filho. Casamento para procriar. A mulher, para cuidar da prole. Era a regra. Afastava-a dos devaneios, dos sonhos impossíveis, de amores que jamais se concretizariam.

A literatura é pródiga nesses exemplos. O conto *O Galã*, de Arthur Azevedo (1995) demonstra os sonhos de uma jovem senhora e as artimanhas do seu marido para colocá-la frente a frente à sua realidade.

A história se passa numa cidade pequena cuja pacata vida social transforma-se com a chegada de uma companhia de teatro, vinda do Rio de Janeiro. A personagem feminina, Sinhazinha Brites, apaixonou-se platonicamente pelo galã da companhia ao vê-lo atuar. O marido tudo percebe e arma um artilho: convida o ator para jantar em sua casa e dessa forma faz a esposa encarar a razão de seu enlevo.

Quando às seis horas da tarde, chegou o galã, ela não quis acreditar que fosse ele: olhou para a porta como se esperasse outra visita; mas o marido, que lhe percebeu a surpresa, insistiu na apresentação e Sinhazinha dobrou-se à evidência. Tinha diante de si um homem feio, marcado de bexigas, os dentes postiços, o cabelo cortado à escovinha e a cara inteiramente raspada... de véspera. (AZEVEDO, 1995, p. 93).

A decepção de Sinhazinha Brites foi evidente. Ele, o galã, estava longe de ser o homem que ela idealizou, aquela figura ovacionada durante a representação teatral. O marido, apresentado como mais velho, positivo, escrupuloso surge na narrativa como o tutor que deve lembrar e instruir a esposa acerca do seu papel no casamento e na sociedade: esposa e mãe que vê a vida como ela é e deixa de lado os aspectos romanescos, fruto, talvez, das leituras que fizera. E finalmente, "[...] alguns meses depois havia naquela casa o que até então faltava: um filho que reprimisse na senhora todas as fantasias da senhorita." (AZEVEDO, 1995, p. 94).

Em sua missão de mulher junto aos filhos e ao marido ela deveria ser virtuosa e abnegada, com todas as atenções e os cuidados voltados para estes. Fantasias românticas não tinham lugar para os deveres de uma senhora. Era o que se pretendia.

Se Arthur Azevedo traz a perspectiva da esposa e dona-de-casa, Coelho Neto, por outro lado, traz a perspectiva da mãe abnegada através do conto *A partilha* (1897).

Narra a história de uma viúva com dois filhos pequenos, que tenta superar a fome e a doença para cuidar deles. Seu sofrimento é identificado como parte do dever de mãe que, enquanto embala o filho pequeno e tenta saciar a fome do outro, esquece de sua precária saúde e segue em sua missão de mãe, de educadora moral dos filhos.

Cantava e as lágrimas rolavam-lhe em dois fios ao longo da face magra e pálida. Sofria, mas como era preciso que o pequeno adormecesse, cantava, indo e vindo, devagar, embalando nos braços a criança. O mais velho, três anos, olhava-a sorridente e, de quando em quando cantarolava 'Estou com fome, mamãe, estou com fome... '[...] – Não chores! Olha que vai acordar o maninho. Espera. E, desabotoando, o corpinho tirou o peito farto, pojado de leite e espremeu-o, trincando os lábios descorados por onde as lágrimas corriam fio a fio e, entregando a tigelinha ao filho: – Toma! E não faças bulha. (COELHO NETO, 1897, p. 2).

60

Neste conto, a personagem feminina tem filhos, mas não tem mais marido; ao contrário da personagem de *O Galã*, que é casada, mas ainda não tem filho. O papel a ela atribuído aparece a partir de suas próprias ações no curso da narrativa. O sofrimento, a doença, a fome não são impedimentos para que ela dê a seus filhos a educação moral necessária. Afinal, diria o próprio Coelho Neto no poema *Ser Mãe*:

Ser mãe é desdobrar fibra por  
fibra o coração! Ser mãe é ter no alheio  
lábio que suga, o pedestal do seio,  
onde a vida, onde o amor, cantando vibra. (COELHO NETO,  
2008).

A relação entre maternidade e educação faz com que esse gênero passe a ser a referência na função de educar a sociedade, para além do espaço educacional doméstico. Moralidade é seu discurso. Virtude, a sua meta. No jogo das representações do ser mulher, os discursos de parlamentares, médicos, clérigos, legisladores não apenas espelharam as mulheres, mas as produziram. E a escola feminina emerge como uma instituição cultural



ordenadora destes discursos, necessária à difusão deste modo de ser e de viver. As mulheres encontraram nas Escolas de Primeiras Letras o campo para atuar como educadora dos futuros cidadãos, seja efetivamente na condição de professora, seja como futura esposa e mãe.

O magistério estava associado à imagem da mulher pouco graciosa, da solteirona retraída. A esta, a maternidade estaria negada e, portanto, justificada sua vocação para docência de crianças que seriam sua razão de ser ou, ainda, a única maneira de ser mãe. Tornavam-se mães espirituais de suas alunas. "Dentro desse quadro é possível compreender que a moça que se considerava 'feia' e 'retraída' percebia-se, de algum modo, como que 'chamada' para o magistério." (LOURO, 1997, p. 465).

Mas nem todas as professoras se consideravam feias ou eram retraídas. Circulavam nas sociedades em que viviam com o status da figura pública e consciente de seu papel social como professora de futuras esposas e mães.

Morais (2003) evidencia um desses exemplos através da prática pedagógica da professora Isabel Gondim, que se dedicou inteiramente à tarefa de educar, principalmente as alunas. Jamais casou. "Nunca tomei estado", conforme ela mesma afirma em seu testamento, datado de 12 de março de 1931. Embora fosse uma mulher elegante, de vida social ativa e bem posta na sociedade.

No ponto de vista de Isabel Gondim, a educação é a formação do homem. Seu fim é torná-lo membro útil e feliz da sociedade. "Seu objeto, formar o corpo, o coração e o espírito do educando." (GONDIM, 1885, p. 7). Com essa convicção, dedica-se inteiramente à tarefa de educar gerações. Ao assumir o cargo de professora primária em Natal, ela declara que circunstâncias especiais levaram-na a afrontar as árduas e graves ocupações do magistério público, abstraindo-se de tudo que não fosse concernente à sua profissão. (MORAIS, 2003).

Era assim que a sociedade percebia o ser professora. Abnegação total. Isabel Gondim encarnava perfeitamente esse papel: ainda que circulasse entre os intelectuais, publicasse seus livros e divulgasse suas idéias entre seus pares.

A base de argumentação que relacionava maternidade, domesticidade, abnegação e sacerdócio aliou-se à uma demanda do aumento quantitativo de escolas femininas.

Um relato de 1897 do Delegado Escolar Francisco de Albuquerque Mello evidencia esta base de argumentação. Encarregado pela Diretoria Geral de realizar visitas periódicas aos estabelecimentos de ensino no Rio Grande do Norte ele expôs sua visita a uma escola feminina de Primeiras Letras. Esta escola era mantida pela Intendência de Macaíba e gerenciada pela professora Maria Emília Botelho Lins.

A casa onde funcionavam as aulas estava em ordem, preenchia os padrões de higiene com uma boa circulação de ar e limpeza. Atendendo a vinte e nove alunos de ambos os sexos a sala pareceu ao Delegado Escolar pequena e inadequada; no entanto, com aulas que atendiam aos regulamentos do ensino, comprovando a dedicação e competência da citada professora.

Em ordem, guardadas as necessárias distinções os alunos mantinham o mais severo silêncio, em atitude de respeito exemplar: os meninos liam em voz baixa, estudando; as meninas entregues aos trabalhos de agulhas, bordando delicadas ramagens. Não querendo, porém me deixar levar pelas aparências, aliás as mais animadoras, procedi a um ligeiro exame em alguns alunos, observando então o aproveitamento resultante da solicitude e dedicação da professora, que quanto pode, me pareceu desempenhar os seus misteres de educadora. (INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1897, p. 3).

62

Em 1896, essa mesma professora já havia recebido elogios explícitos do Diretor Geral da Instrução Pública, o professor Pinto de Abreu. Destacava naquele momento a ordem e a limpeza do estabelecimento de ensino, bem como a organização dos livros de matrícula (À PROFESSORA DA MACAÍBA, 1896).

Nesse mesmo exemplar do jornal está publicada a admoestação e multa a ser paga pelo professor João Joaquim de Salles e Silva da escola masculina na mesma cidade de Macaíba. O motivo da reprimenda eram a desordem e a sujeira encontradas pelo referido Diretor de Instrução Pública.

O Doutor Diretor Geral da Instrução Pública, tendo ultimamente visitado a escola primária do sexo masculino da Cidade de Macaíba, onde encontrou falta absoluta de asseio e ordem resolve, de conformidade com o preceito do Art. 63 do Regulamento que baixou com o decreto n. 60 de 14 de fevereiro último, admoestar o respectivo professor, cidadão João Joaquim de Salles e Silva. Remeta-se



cópia do presente ato do professor e publique-se pela folha oficial Diretoria 1º de agosto de 1896. (À PROFESSORA DA MACAÍBA, 1896, p. 3).

Esses acontecimentos ratificavam o discurso da vocação natural da mulher para o cuidado com as crianças. Um discurso que lhe atribuía um coração com mais ternura a fim de contribuir para o desenvolvimento moral e intelectual dos futuros dirigentes da nação.

Essas percepções aconteciam pelo país inteiro, particularmente na capital da federação. Em 1897 a Intendência Municipal do Rio de Janeiro delegou exclusividade às mulheres na instrução primária de ambos os sexos. Essa atitude inicia no Brasil “[...] a progressiva e bem sucedida emancipação da mulher [...]” pelos processos utilizados em países europeus. (INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1897, p. 3). As vantagens econômicas e sociais de tal medida são colocadas no jornal *A República* como uma tentativa de fazer algo “[...] em prol dos confiscados direitos femininos.” (INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1897, p. 3). Mas também assegurava resultados práticos e úteis na melhoria do ensino elementar, posto que “[...] a experiência em toda parte do mundo tem verificado ser o homem incapaz de exercer [...]” com resultados tão positivos esse tipo de instrução.

63

Está provado que a mulher é muito mais fácil, pela maior intensidade dos seus sentimentos afetivos, encaminhar as inteligências infantis e bem formar os corações humanos nessa primeira quadra em que a fraqueza da razão facilita às crianças a aquisição de hábitos condenados em prejuízo do caráter público e privado do futuro cidadão. (ÀS QUINTAS, 1897, p. 2).

Portanto, pela porta larga do exercício profissional, honesto e inteligente, a mulher ganhava a sua emancipação. Ganhava o espaço público.

Não pelo postigo carunchoso das pretensões incabidas e inviáveis para a concorrência dos sexos no prélio agitado e estafante da política, mas naquelas modalidades dos conhecimentos humanos em que a sua natural organização melhormente assegura resultados práticos, vantajosos e úteis. (ÀS QUINTAS, 1897, p. 2).

Falar de emancipação nessa configuração é falar de um momento histórico específico em que, mesmo educando e sendo educadas para o lar,

as mulheres eram professoras, escritoras e dividiam o espaço público com os homens na pequena Natal, do período ora analisado. A esposa, enquanto expressão do modelo de mulher voltado para o fórum privado, e a professora para o fórum público, mostram duas faces da mesma sociedade que se pretendia civilizada.

A literatura, enquanto expressão do artista, explicita o modelo de mulher doméstica na figura da esposa e da mãe, como nos contos de Arthur Azevedo e Coelho Neto. Mas a professora ou a normalista como os modelos de mulheres públicas são também personagens recorrentes em vários romances, como *A normalista*, de Adolfo Caminha (1998) ou *Coração, diário de um aluno*, de Edmundo de Amicis (1949).

Este último, escrito em 1886, descreve a jornada escolar de um rapazinho italiano no seu primeiro ano na classe adiantada. As relações com o Mestre, com os colegas, com a família e com a antiga Mestra da escola primária conduzem a trama por conteúdos moralmente formadores. Destacam ideais de virtude, boa conduta e amor à pátria. A professora é mostrada em retrospectiva a partir das lembranças do menino durante uma visita da Mestra. Esta aparece sob características bem específicas.

É sempre a mesma, baixinha, com o seu véu verde enrolado ao chapéu, vestida sem luxo, apenas penteada, pois não tem sequer tempo de enfeitar-se; [...] Pobre Mestra! Tão emagrecida! Mas sempre viva. Entusiasma-se sempre que fala da sua escola [...] recordar-me-ei do tempo que passei na tua aula, onde aprendi tantas coisas, onde te vi doente e fatigada, mas sempre solícita e generosa, sempre boa – inquieta quando nos via sem saber pegar na pena; trêmula, quando os inspetores nos interrogavam; feliz, quando nos via fazermos boa figura; e sempre amorosa, sempre qual uma mãe. (AMICIS, 1949, p. 20-22).

O modelo de professora descrito por Amicis, o de mãe de Coelho Neto e o de esposa por Arthur Azevedo trazem representações de mulher, que configuram uma época. Estas representações ajudam a perceber o sentido atribuído à educação escolar na transição do século XIX para o XX.

A obra *A normalista* evidencia a idéia corrente das expectativas em torno dessa educação. A personagem João da Mata, que também foi mestre-escola, no sertão da província do Ceará, o terror dos estudantes de gramática, não queria para a sua afilhada Maria do Carmo uma educação em colégios



internos. Para ele, os colégios internos, semelhante aos conventos, não se acomodavam em seu temperamento, que se dizia pensador livre.

Queria a educação como nos colégios da Europa, segundo vira em certo pedagogo, onde as meninas desenvolvem-se física e moralmente como a rapaziada de calças, com uma rapidez admirável, tornando-se por fim excelentes mães de família, perfeitas donas de casa, sem a intervenção inquisitorial da Irmã de Caridade. (CAMINHA, 1998, p. 22).

Estudar em um colégio onde pudesse aprender o "traquejo social". Mas a verdade é que a afilhada foi estudar na Escola Normal e sua vida resumia-se a ler romances "[...] toda preocupada com bailes, passeios e *tutti quanti*." (CAMINHA, 1998, p. 23).

Ao buscar a educação das mulheres, ou a institucionalização dessa educação pelas escolas é perceptível a sintonia entre um discurso sobre o sentido de ser cidadão e uma instrução que pretendia um modelo de mulher, de família e de sociedade. Através das disciplinas propostas nos Regulamentos Estaduais e nos anúncios das escolas privadas esta educação surge como algo específico, apropriada e destinada ao universo feminino.

○ que caracterizava o ensino nessas instituições era um conjunto de disciplinas que priorizava a educação da mulher, para além do aspecto instrucional. Educação esta que se destinava a legitimar uma representação de mulher idealizada pelo discurso republicano, que era o de educadora dos filhos e formadora dos futuros cidadãos, associado a um traquejo social e a boa representatividade da mulher junto ao esposo.

○ ensino nas instituições vigentes priorizava a educação para a mulher, destinada a cumprir um papel social presente no discurso republicano. Esses anseios faziam com que as escolas destinassem às moças, os conteúdos instrucionais, o ensino da música, das línguas estrangeiras e as habilidades domésticas, formando-as para serem anfitriãs perfeitas, esposas dedicadas e mães ideais.

A Reforma de 1892 trazia em seu Artigo 1º a composição dos graus de ensino do estado: primário, secundário e normal. Tornava-se obrigatória uma cadeira do sexo feminino em cada cidade e assegurava liberdade ao ensino particular, desde que atendesse a alguns critérios:



Art. 6º O ensino particular é completamente livre e independente. Qualquer pessoa, nacional ou estrangeira, poderá abrir estabelecimento de ensino, sujeito apenas às seguintes condições:

1º Comunicação prévia ao Diretor Geral da Instrução Pública declarando o nome do proprietário e Diretor, sua denominação e o local em que funcionará;

2º Apresentar no prazo improrrogável de oito dias, sempre que lhe for pedido por aquele funcionário, mapas circunstanciados da matrícula e freqüência, indicados os nomes, idades, nacionalidades e classes dos alunos;

3º Remeter anualmente ao Diretor Geral, de 10 a 20 de dezembro, o mapa do movimento anual do estabelecimento com as condições acima;

4º Exibir certificado das boas condições higiênicas do edifício, passado por autoridade competente.

Parágrafo único: a falta de qualquer destas exigências acarretará multa de cem mil réis pela primeira vez, de duzentos pela 2ª, e o fechamento do estabelecimento pela 3ª. (REGULAMENTO DA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDARIA...., 1892, 1895, p. 210).

66

No início do ano – principalmente nos meses de janeiro e fevereiro – as instituições privadas de Natal publicavam anúncios nos jornais, sobre o início das aulas, o preço das mensalidades, as disciplinas ministradas e características gerais de funcionamento das escolas.

No ano de 1894, O *Colégio de Nossa Senhora da Apresentação* anunciava seus conteúdos disciplinares a serem trabalhados. Constava de Português, Francês, Alemão, História, Geografia, Aritmética, Princípios da Geometria, Desenho, Música, Piano e Trabalhos Manuais. Esse instituto particular de instrução primária e secundária do sexo feminino referendava-se pela prática de ensino da Diretora, Adelina da Silva Leitão, com experiências em diversas escolas de Niterói, ao lado de sua Vice, Mena de Andrade Melo. As professoras objetivavam promover o adiantamento das moças nos diferentes ramos do ensino, baseados nos verdadeiros princípios da moral e da religião.

Este instituto de instrução primária e secundária do sexo feminino abrir-se-á impreterivelmente no dia 2 de fevereiro próximo nesta



cidade à rua do Vigário Bartolomeu, n. 41. [...] Não se descuidará também a diretora da educação física de suas alunas, dando-lhes boa alimentação, recreios compatíveis e observando no seu estabelecimento quanto possível os preceitos da higiene. O colégio recebe alunas internas, meias pensionistas e externas. [...] As alunas que estudarem piano e alemão pagarão mais 5\$000 réis mensais por cada uma destas matérias. O colégio encarrega-se também de fornecer roupa lavada e engomada mediante o pagamento de mais 5\$000 réis mensais. Todas as contribuições serão pagas adiantadamente no princípio de cada mês. (COLÉGIO DE N. S. DA APRESENTAÇÃO, 1894, p. 2).

A proposta de instrução feminina em Natal para o referido *Colégio de Nossa Senhora da Apresentação* encontra-se em instituições semelhantes localizadas em outros Estados, a exemplo do *Colégio Nossa Senhora Sant'Anna*, em Sergipe. Segundo Freitas (2003), nessa instituição os conteúdos trabalhados eram: Português, Aritmética, Geografia, História do Brasil e Francês. Além dessas disciplinas as jovens tinham aulas de piano, bandolins e trabalhos manuais.

A educação estética também era uma preocupação das educadoras. Em 1892, Luiza Lima divulgava o seu *Colégio Particular Natalense*, situado à rua da Conceição, número 26: Ensina primeiras letras, todos os trabalhos de agulha, noções de música com exercícios de piano. Aceita alunas internas e externas. Mensalidades para as primeiras 40\$000 reis; para as segundas 3\$000 reis. O pagamento será adiantado. (COLÉGIO PARTICULAR NATALENSE, 1892, p. 2).

Observamos, nestes anúncios, que tanto a Rua Vigário Bartolomeu quanto a Rua da Conceição situam-se no centro da cidade. Ambas próximas. Natal ainda era uma pacata cidade cujos limites eram a Cidade Alta e a Ribeira, espaços de convivência da sociedade. Banhada pelo Rio Potengi, que deságua no oceano atlântico, ainda era uma cidade bucólica.

Observamos, ainda, não apenas o conteúdo dessas disciplinas de cunho estético e moral, mas o regime de internato dessas instituições. O ensino privado, direcionado à educação da mulher e em conseqüência um mercado de trabalho para as mulheres, especialmente às mulheres professoras. Ocuparam, enfim, significativamente o espaço público. Um espaço público em processo de reorganização atendendo aos objetivos do projeto social republicano.



Em fins do século XVIII e durante o século XIX, o medo das multidões, dos seus hábitos grosseiros, das suas formas de protesto tornaram as cidades uma experiência de fascínio e medo. Foi no contexto de apreensões de toda ordem que se instaurou o debate educacional voltado para a necessidade da formação de um novo homem, para a definição do que deveria ser cidadão. (VEIGA, 2000, p. 400).

No universo de uma sociedade que pretendia transformar multidões perigosas em multiplicidades organizadas foram várias reformas sociais e educacionais neste sentido. Podemos destacar o projeto higienista, a instrução feminina e a educação estética para o povo.

Mas essas reformas também pretendiam dar vazão ao fascínio do belo, concretizar a indústria e a tecnologia, abrir vias de circulação, erguer monumentos da razão moderna, elaborar o lugar dos indivíduos demarcando os campos do público e principalmente do privado. (VEIGA, 2000, p. 401).

A instrução para o povo – homens e mulheres – era particularmente imperiosa para este novo projeto social. “O povo brasileiro não tinha plasticidade suficiente para perceber a necessidade de se adaptar à República.” (VEIGA, 2000, p. 405).

As belas artes passaram, então, a fazer parte das matérias de ensino das escolas Primárias, Secundárias e Normais, a exemplo da Escola Normal de Natal. Trazia em seus regulamentos, entre outras, as matérias de Trabalhos Manuais, Música e Cantos escolares e Artes Domésticas para o sexo feminino. (DECRETO Nº 69 DE 24 DE NOVEMBRO DE 1917, 1917).

Os trabalhos de agulha, as flores, os bordados eram conteúdos imprescindíveis à boa formação de meninas. A disciplina Trabalhos Manuais cumpria uma educação estética que envolvia as habilidades manuais, os cantos e a dança, presentes no cotidiano das salas de aula. A educação estética figurava como parte fundamental de uma formação integral para a mulher, útil à família e ao lar. O debate educacional promovia discussões em torno do que deveria ser o cidadão. A elegância, os bons costumes, o patriotismo e a civilidade eram valores que buscavam, através da educação, dar visibilidade à modernidade e atrelá-la à idéia de República.

Disciplinar os desejos, remodelar a cultura, modelar pensamentos e ações faziam parte de um ideário de elevação moral dos sujeitos pela apreciação do belo, pela formação estética e pela elaboração da sensibilidade.



A instrução foi a mídia educativa de massa mais sugestiva ao intento. Seja formando opiniões através de discursos impressos; seja através das práticas educativas de professoras surgiam como uma instituição republicana capaz de relacionar e legitimar esses valores gerais com os indivíduos em seus lares a partir de uma relação no público.

Em 1892, ressoava em Natal o discurso dos intelectuais e teóricos da educação brasileira sobre esses aspectos. Através do jornal *A República*, relacionam esse discurso aos anseios e expectativas do recente governo republicano que se organizava depois de dois anos de incertezas políticas sob a administração de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão. Discurso revelador do sentido que a instrução assumia no século XIX, na cidade de Natal. Nessa fala, havia a preocupação de que o serviço público deve ser o primeiro cuidado de um governo patriótico. (BIBLIOTECA PÚBLICA, 1892, p. 3).

No universo de uma sociedade que se organizava em torno de valores como moralidade, sacrifício, progresso e desenvolvimento, as mulheres contribuíam e participavam na construção da sociedade letrada.

Conforme sabemos, as mudanças na educação sempre estiveram atreladas às mudanças sociais. As escolas particulares proliferavam. São perceptíveis as táticas que as professoras utilizavam nas escolas que incluíam o ensino de língua estrangeira, como francês e inglês. O aumento significativo de salas de aula para mulheres no setor privado, expresso nos anúncios encontrados, revelava a contribuição desse setor à educação feminina natalense.

Para além da educação escolar ou da educação doméstica, outros processos formativos, como as práticas de leitura, corroboraram para a organização do pensamento e da ação dos indivíduos na configuração dada. A escola para mulheres na transição entre os séculos XIX para o XX em Natal, no Rio Grande do Norte, trazia conteúdos de ensino impregnados com o perfume da modernidade, da República e de uma representação de mulher do seu entorno. E esse ideal de mulher estava representado também nas manifestações artísticas e literárias do entre – século no Brasil.

## Referências

AMICIS, Edmundo de. **Coração**. Tradução João Ribeiro. 44. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves; Editora Paulo de Azevedo Ltda., 1949.

À PROFESSORA DA MACAÍBA. **A República**, Natal, p. 3, 05 ago. 1896.

ÀS QUINTAS. **A República**, Natal, p. 2, 13 maio, 1897.

AZEVEDO, Arthur. O galã. **Vida alheia**: contos e comédias. Rio de Janeiro: Bruguera, 1995.

BIBLIOTECA PÚBLICA. **A República**, Natal, p. 3, 04 jun. 1892.

BRASIL. Constituição (1891). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 24 fev. 1891.

\_\_\_\_\_. Constituição (1934). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, Rio de Janeiro, 16 jul. 1934.

CAMINHA, Adolfo. **A normalista**. São Paulo: Ática, 1998.

70 CAVALCANTI, João Barbalho Uchôa. **Constituição Federal Brasileira** (1891): comentada. Ed. fac-similar. Brasília: Senado Federal, 2002. (Coleção História Constitucional Brasileira).

CENSO. **A República**, Natal, p. 2, 13 mar. 1899.

COELHO NETO, Henrique Maximiniano. A partilha. **A República**, Natal, p. 2, 10 jan. 1897.

COELHO NETO. **Ser mãe**. Disponível em <<http://www.revista.agulha.nom.br/cne01.html>> Acesso em: 25 fev. 2008.

COLÉGIO DE N. S. DA APRESENTAÇÃO. **A República**, Natal, p. 2, 03 fev. 1894.

COLÉGIO PARTICULAR NATALENSE. **A República**, Natal, p. 2, 09 jul. 1892.

D. MARIA AMÉLIA. **A República**, Natal, p. 3, 25 out. 1896.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. **Educação, trabalho e ação política**: sergipanas no início do século XX. 2003. 289 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. GONDIM, Isabel. **Elementos de educação escolar**: para uso nas aulas primárias de um e de outro sexo. Natal, 1885. (Manuscrito).



- H. S. A mulher. **A República**, Natal, p. 3, 26 fev. 1897.
- INSTRUÇÃO PÚBLICA. **A República**, Natal, p. 3, 05 ago. 1896.
- INSTRUÇÃO PÚBLICA. **A República**, Natal, p. 3, 25 mar. 1897.
- LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997.
- MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. **Leituras de mulheres no século XIX**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Isabel Gondim, uma nobre figura de mulher**. Natal: Terceirize; Fundação Vingt-Un Rosado, 2003. (Série Educação e Educadores do Rio Grande do Norte, 1).
- PARABÉNS! **A República**, Natal, p. 1, 14 jul. 1894.
- QUEIRÓS, Eça de. **O primo Basílio**. São Paulo: Scipione, 1994.
- RIO GRANDE DO NORTE. **REGULAMENTO DA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA do Estado do Rio Grande do Norte**. Decreto nº 18 de 30 de setembro de 1892. Reorganiza a Instrução Pública do Estado. Natal: Tipografia d'A República, 1895. (Decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Norte 1889-1895).
- \_\_\_\_\_. **DECRETO Nº 69 DE 24 DE NOVEMBRO DE 1917**. Na Escola Normal de Natal, será observado o Regulamento que com este baixa, revogadas as disposições em contrário. Natal: Tipografia d'A República, 1917. p. 81-121. (Atos legislativos e decretos do governo).
- \_\_\_\_\_. **Regimento Interno dos Grupos Escolares do Estado**. Atos e Decretos do governo. Natal: Tipografia d' O Século, 1908.
- \_\_\_\_\_. **Regimento Interno dos Grupos Escolares do Estado**. Natal: Tipografia da República, 1909.
- \_\_\_\_\_. **Código de Ensino**. Natal: Tipografia d'A República, 1910.
- SALVE! **A República**, Natal, p. 3, 11 abr. 1890.
- VEIGA, Cynthia Greive. Educação estética para o povo. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.



Profa. Dra. Maria Arisnete Câmara de Moraes  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Pesquisadora do CNPq  
Lidera a Base de Pesquisa Gênero e Práticas Culturais  
E-mail | maria.arisnete@pq.cnpq.br

Ms. Rossana Kess Brito de Sousa Pinheiro  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação | UFRN  
Integra a Base de Pesquisa Gênero e Práticas Culturais  
E-mail | rossanakbspinheiro@hotmail.com

Recebido 27 fev. 2008

Aceito 26 maio. 2008